

Responsabilidade social das Ciências do Esporte e Educação Física para o acesso democrático a diferentes praticas corporais ¹

Giovani De Lorenzi Pires ²

A ementa da conferencia parte de um pressuposto absolutamente verdadeiro (a expansão, qualificação e aprofundamento do campo científico da Educação Física/Ciências do Esporte nas últimas duas décadas) para, a seguir, questionar se temos proporcionado à sociedade possibilidades igualmente amplas, diversificadas e qualificadas de acesso às práticas corporais ou à tão investigada cultura de movimento. E qual seria nossa responsabilidade sobre isso? Há que se ressaltar que existe uma hipótese subtendida no título e na ementa: se devemos refletir sobre a responsabilidade social da área para com o acesso democrático às diversas práticas corporais, é porque, no mínimo, não temos certeza de que isso esteja acontecendo!

Por isso, é importante ouvirmos justamente a sociedade, isto é, aqueles/as que tem (ou não) acesso às práticas corporais. São eles/as que poderão nos informar se estamos conseguindo esse intento. Nesse sentido, a conferencia interpela criticamente dados quantitativos recentemente publicados em duas pesquisas do tipo *survey* sobre atividades físicas e esportivas no país: o Diagnóstico do Esporte - DIESPORTE (<http://www.esporte.gov.br/diesporte/>) e o Relatório PNUD (<http://movimentoevida.org/>).

As principais evidências destes dois estudos são que as desigualdades sociais perversas que influenciam o acesso a bens e serviços no país também revelam-se iníquas quanto ao acesso e permanência em programas de atividades físicas e esportivas. As pesquisas mostram que em torno da metade da população brasileira declara-se sedentário ou sem ter praticado atividades físicas e esportivas nos últimos 365 dias. O acesso inicial às práticas corporais acontece sobretudo na idade escolar (6 a 15 anos), evidenciando desde aí diferenças decorrentes de gênero, raça/etnia/cor, renda mensal familiar. Exemplo: meninos brancos de famílias com renda igual ou superior a cinco salários mínimos tem envolvimento até 2,1 vezes mais com as atividades físicas e esportivas do que meninas negras de famílias com até um salário mínimo de renda familiar.

Outro dado preocupante é que a imensa maioria dos inativos, em torno de 70%, relata ter abandonado as práticas corporais até a idade de 24 anos, sob a alegação principal de falta de tempo. No entanto, igualmente citam a falta de condições objetivas de infraestrutura e segurança como fatores que contribuem para o abandono das práticas.

¹ Conferência proferida na 70ª/SBPC (Maceió/AL, julho/2018), a convite do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

² Doutor em Educação Física, docente do PPGEF/UFSC, pesquisador do LaboMidia/UFSC, editor da Motrivivência

Entre aqueles que relataram ter hábitos de praticar atividades físicas e esportivas, cerca de 80% informou que o fazem para melhorar a qualidade de vida e o desempenho físico, ou seja, por motivação intrínseca e interesses individuais. Esse dado vai de encontro a resultados de pesquisas internacionais que garantem que socialização/fazer amigos é o principal fator de adesão e sobretudo de permanência em programas de atividades físicas e esportivas. Talvez estejamos presenciando uma transição social, mais afeita aos tempos pós-modernos, em que individualismo e a subjetividade representam o pensamento hegemônico.

As atividades mais praticadas são, respectivamente, o futebol para os homens e a caminhada para as mulheres. No entanto, examinando a evolução dessas preferências no sentido etário, percebe-se que após os 40 anos a caminhada passa ser predominante também entre os homens. Outro dado relevante é que, na faixa de rendimento de cinco ou mais salários mínimos, sem distinção de sexo, as atividades do tipo fitness/natação/ciclismo são as mais citadas. Como essas atividades requerem uma maior infraestrutura e equipamentos, disponibilizadas por academias, pressupõe-se que haja essa preferência implique a compra desses serviços por parte de quem tem maior poder aquisitivo, em vista da ausência de infraestrutura pública para tais práticas.

Decorrente dos dois estudos, ficam alguns alertas preocupantes para os profissionais da área da Educação Física/Ciências do Esporte: 1) o abandono das práticas corporais ocorre, em grande percentual, logo após a idade escolar. Isso pode indicar que não se tem conseguido desenvolver suficientemente uma cultura de movimento que justifique aos jovens a sua permanência em programas de atividades físicas e esportivas. 2) Essa preocupação pode estar associada a outro dado importante: cerca de 2/3 dos informantes relatam não ter tido orientações adequadas em sua iniciação às práticas corporais. Parece que, na melhor das hipóteses, eles valorizam mais as aprendizagens extra-escolares, seja nas escolinhas, seja no “campinho”, do que as aulas de Educação Física escolar! 3) Também preocupa o fato de que um índice alto, em torno de 40% entre os não praticantes, justifica sua inatividade física e esportiva em virtude de “não gostar/não querer” as práticas corporais a que tem acesso. Talvez seja o caso de, urgentemente, rever-se os conteúdos que se tem veiculado nos currículos escolares e em programas sociais de atividades físicas e esportes.

Sem desconsiderar que alterações significativas nas condições de acesso e permanência em programas esportivos somente ocorrerão em associação com mudanças profundas na estrutura social e no quadro de iniquidades que regulam o acesso das pessoas aos bens e serviços sociais, é preciso encontrar, no campo da Educação Física/Ciências do Esporte, formas de intervir profissionalmente para democratizar as possibilidades de práticas corporais à imensa maioria da população, que se encontra excluída ou precariamente incluída.

Então, para concluir, e como uma possível contribuição para o repensar dos professores de Educação Física diante dos dados disponibilizados pelas duas pesquisas, recolhemos da psicologia do esporte três variáveis que são importantes (mas não determinantes)

para o desenvolvimento de hábitos de práticas corporais. São elas: *atitude positiva*, *condições objetivas* e *informação*.

Atitude positiva trata de uma postura de abertura, uma disposição para experimentar e incorporar hábitos saudáveis em relação às práticas corporais no cotidiano.

Condições objetivas refere-se à disponibilidade de tempo livre, de infraestrutura favorável, de segurança em todos os sentidos, entre outros fatores, para a prática de atividades físicas e esportivas;

E *informação* significa ter acesso à orientação e conhecimentos mínimos necessários para compreender a relevância física, psíquica e social de fruir, no cotidiano, práticas corporais saudáveis, associada à capacidade de decidir, autonomamente, aquelas com que deseja realmente se envolver.

Assim, vale examinarmos como cada uma dessas variáveis pode ser mobilizada por nossa atuação profissional:

a) Em relação a uma *atitude positiva*, penso que uma das melhores condições que podemos oferecer, sobretudo às crianças e jovens, é proporcionar a eles oportunidades de vivência esportiva e de atividades físicas que sejam prazerosas, mas ao mesmo tempo intensas, no sentido de que elas experimentem um envolvimento total, individual e coletivo, com os temas e ações propostas. Em outras palavras, como já disse Elenor Kunz³, devemos proporcionar a eles que se tornem, desde cedo, “atores mas também autores da sua própria cultura de movimento”. Porque isso lhes permitirá “incorporar vivências de sucesso”, ainda citando Kunz, que estarão presentes em suas memórias afetivas e poderão orientar suas escolhas futuras sobre práticas de lazer.

b) No aspecto das *condições objetivas*, talvez precisemos sair um pouco do nosso universo pedagógico na escola ou em programas sociais de atividades físicas e esportivas, para termos uma intervenção cidadã mais preponderante, mas ainda profissional. Participar de coletivos socialmente significativos, no bairro, na cidade, nos sindicatos, nas associações, enfim, em todos os âmbitos, agindo para incluir em suas pautas de demandas e reivindicações uma “cesta básica” que inclua também boas condições para a prática esportiva e de atividades físicas. Propor parcerias que possibilitem alargar as possibilidades de inserção em programas de práticas corporais. Quem sabe até começando por conquistar as próprias lideranças dos movimentos sociais. Se elas não tiverem uma *atitude positiva* para com as práticas corporais, talvez seja mais difícil convence-las a lutar por isso!

c) Por fim, mas não menos importante, temos que pensar que somos agentes de *informação*. Portanto, nosso compromisso é, sem perder o rigor, decodificar a linguagem científica sobre as práticas corporais para uma linguagem popular, acessível, mas que se torne significativa aos sujeitos sob nossa responsabilidade pedagógica. Quando falamos de práticas corporais estamos falando de um conhecimento que é também aprendido pelo movimento, pelo corpo. Saberes e fazeres que sejam relevantes e que possam ser incorporados ao universo dos sujeitos não prescindem de nenhum tipo de linguagem,

³ KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí, Ed. UNIJUI, 1994.

pelo contrário. Se pensamos em autonomia e emancipação dos cidadãos, temos que garanti-las também no campo das práticas corporais.